

Campanha salarial define reivindicações

PÁGINA 3

Piso da educação básica



Desde o dia 1º de fevereiro, o piso salarial da categoria subiu para R\$ 488. O piso salarial do ensino superior é R\$ 476,55. Para os auxiliares cuja função exige-se nível médio, o piso, até abril de 2009 é R\$ 550,68.

PÁGINA 3

Campanha salarial

Sindicato prepara propostas para convenções coletivas

PÁGINA 3

Direitos desrespeitados

SAEP denuncia instituições que descumprem CLT e CCT

PÁGINA 5

Mês internacional das mulheres

Pesquisa revela que quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. ONU promove campanha mundial pelo fim da violência contra as mulheres. 70% dos assassinatos são praticados por parceiros masculinos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos uma em cada três mulheres apanham, são violentadas ou forçadas a manter relações sexuais em algum momento de sua vida.

PÁGINA 6



Jornada de trabalho

40 horas passa em comissão na Câmara dos Deputados

PÁGINA 7

Artigo

Entenda a origem da crise econômica internacional

PÁGINA 8

Visão do SAEP

Contra a crise, direitos

A crise financeira mundial, que começou nos EEUU, atingiu a Europa e o Japão, já contaminou a economia real brasileira. Como a crise afeta a todos – Governo, empresários e trabalhadores – é necessário que seja combatida de forma anticíclica. Ou seja, é preciso romper a lógica que diante dos problemas na economia, a solução é demitir para diminuir gastos.

Nos últimos seis anos, os empresários faturaram, obtiveram vultosos lucros. Então está na hora de todos darem sua contribuição para superação dos problemas causados pela ganância do capitalismo financeiro.

É necessário construir alternativas. Só com emprego e renda será possível manter o consumo das famílias, que vai alavancar o mercado interno, que por sua vez fará a economia girar. A economia girando, far-se-á o movimento anticíclico que não permitirá que o País entre em recessão.

Os trabalhadores, por meio de suas entidades de classe – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – devem ser protagonistas das iniciativas contra a redução de direitos como solução para debelar a crise.

Primeiro, porque não foram os trabalhadores os responsáveis por ela. Segundo, porque não é com a redução de direitos que haverá solução estrutural dos problemas gerados pela crise.

Um exemplo concreto desse

movimento anticíclico são as mobilizações promovidas pelas centrais sindicais, que já produziram a redução de 2,5 pontos na taxa básica de juros, a Selic, que hoje está em 11,25%, ou seja, voltou aos patamares de 2003. E precisa reduzir para um dígito.

É claro que há um clamor de outros setores pela redução dos juros – do Governo, do setor produtivo, da imprensa – mas o único ator social que tem ido para as ruas para brigar pela diminuição dos juros é o movimento sindical.

A taxa real de juros (6%) continua uma das mais altas do mundo. Nos EEUU a taxa é zero, aqui é preciso baixar a um dígito para que o setor produtivo, o Governo e os trabalhadores possam superar a crise e transitar por ela com o menor prejuízo possível. Isto é melhor para o País.

Os empresários, de todos os setores, precisam compreender que o trabalho é um direito social assegurado pela Constituição (artigo 6º). O artigo 7º, I, da Carta Política, determina que a relação de emprego é protegida contra a demissão arbitrária ou sem justa causa.

A Constituição sedimenta esta orientação no artigo 170, que define que a ordem econômica é fundada na “valorização do trabalho humano”. Portanto, os empresários precisam fazer com que suas empresas cumpram a função social determinada pela “Constituição Cidadã”.

PIS: não deixe de sacar. Cartão do Cidadão providencie o seu

Com o cartão do Cidadão, o trabalhador pode acompanhar se o empregador deposita o FGTS. O cartão é um instrumento de fiscalização do trabalhador

O último prazo para quem ainda não recebeu o PIS referente ao ano de 2008 é o dia 30 de junho. Não deixe de sacar. Vá até uma agência da Caixa e retire seu benefício. O abono salarial é uma vantagem constitucional no valor de um salário mínimo.

Para ter direito ao benefício, o trabalhador precisa estar cadastrado no PIS (Programa de Integração Social), há pelo menos cinco anos; ter recebido, de empregadores contribuintes, remuneração mensal de até dois mínimos, ter exercido atividade remunerada, durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não; e ter seus dados informados corretamente na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do ano-base considerado.

Pelo cadastramento no PIS, o trabalhador recebe um número de inscrição, que possibilitará consulta e saques dos benefícios sociais administrados pela Caixa. O responsável por fazer a inscrição do trabalhador é o empregador, em sua primeira admissão. A inscrição é feita apenas uma vez, na Caixa.



CARTÃO DO CIDADÃO

Você já fez seu Cartão do Cidadão? Todo brasileiro pode ter um e é gratuito. Basta estar cadastrado no PIS/Pasep, no Número de Inscrição Social (NIS) ou no Número de Inscrição do Trabalhador (NIT). Ele permite consultar informações sobre FGTS e PIS. Com o cartão, o trabalhador pode, também, sacar todos os benefícios sociais e trabalhistas a que tiver direito.

Para adquirir é fácil. Basta ir a uma agência da Caixa ou solicitar o cartão pela central telefônica 0800-726-0101. No entanto, é preciso cadastrar a senha, e esta só será feita em uma agência da Caixa, perante identificação pessoal e apresentação do número do PIS. Não perca tempo, peça já o seu!

De 'cara' e nome novos

Com objetivo de melhorar o formato e a imagem do 'jornal', a partir desta edição, o informativo do SAEP ganha 'cara' nova – mais ousado, prático e moderno. Além disso, o nome do órgão mudou para Notícias do SAEP (de jornal para notícias), a fim de identificar melhor o impresso da categoria, pois jornal é diário, e não é o caso deste periódico. Aqui, você acompanha todas as atividades realizadas pelo SAEP e obtém informações de interesse da categoria. Aproveite a leitura!



EXPEDIENTE

Órgão Informativo do SAEP-DF

SCS Q. 1, Bloco K, Sala 202, Ed. Denasa - Brasília/DF - CEP 70398-900
Telefones: (61) 3034-8685 / 8687 Fax: (61) 3034-8688 - www.saepdf.org.br - atendimento@saepdf.org.br

Diretoria do SAEP:

Maria de Jesus da Silva (presidente)
Marilene Alves do Nascimento (vice)
Miguel Augusto Junior (secretário geral)
Idenes de Jesus Sousa Cruz (tesoureiro)
Dayana Maria Alves de Lima (comunicação)
Darcileyde Eliane M. Bose (assuntos jurídicos)
Fabiane Souza da Cruz Sena Lima
Valcirene Pereira Conceição Dias
Flávio César de Oliveira
Carlos Alberto Reis Andrade

Christielen Teixeira Mendonça
Merilene Rodrigues Pinheiro

Edição: Marcos Verlaine
Estagiária: Daiana Lima
Colaborador: Izac Oliveira

Diagramação: F4 Comunicação
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora Ltda.
Tiragem: 7.000 exemplares

Auxiliares aprovam propostas para campanha salarial 2009

Reposição das perdas, ganho real e auxílio alimentação são as prioridades da campanha salarial deste ano, decide a categoria

SAEP realizou, no dia 14 de março, Assembleia Geral Extraordinária para debater com a categoria a pauta da campanha salarial deste ano.

"A campanha deste ano se dá num contexto de crise, sabemos; mas sob hipótese alguma vamos aceitar o argumento da crise para precarizar ainda mais nossas condições de trabalho ou aviltar nosso salário", disse a presidente do SAEP, Maria de Jesus da Silva ao abrir a assembleia.

No encontro, os participantes discutiram e deliberaram sobre as propostas apresentadas pela diretoria do Sindicato que serão encaminhadas como pauta de reivindicações aos sindicatos patronais, representantes dos donos das instituições de ensino, para, a partir de 1º de maio de 2009, incorporarem a Convenção Coletiva de Trabalho.

A presidente do Sindicato conduziu os trabalhos da assembleia com o secretário geral do SAEP, Miguel Augusto



Momento da votação das propostas. Na mesa, Maria de Jesus preside a assembleia

Junior. Após a leitura das propostas, os auxiliares puderam debatê-las.

Em seguida, a base votou e aprovou a pauta de reivindicações que irá conduzir a 'Campanha Salarial 2009' da categoria.

Há uma enquete disponível na página do Sindicato para saber quais as prioridades da categoria nesta campanha salarial, cujo debate foi iniciado na assembleia.

Colega auxiliar, você pode decidir o que o Sindicato

deve priorizar na campanha salarial. Responda a enquete e participe das assembleias, a fim de que tenhamos êxito em mais essa jornada de lutas que se inicia.

A assembleia foi realizada no auditório da Fenajufe, no SCS. Novas reuniões acontecerão até que a diretoria encaminhe a proposta para os patrões.

A pauta de reivindicações da campanha será enviada integralmente, pelo SAEP, para toda categoria.

Veja os principais itens da pauta:

- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário;
- Reajuste salarial de modo que haja recuperação do poder aquisitivo com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);
- Aumento real (ganho real) de salário;
- Elevação do piso salarial;
- Auxílio alimentação;
- Auxílio creche;
- Ampliação da bolsa de estudos;
- Plano de saúde;
- Fim do banco de horas;
- Dispensa para eventos do Sindicato; e
- Cursos de formação continuada.

Educação básica

Piso do segmento tem alta com aumento do mínimo

Desde o dia 1º de fevereiro, o piso salarial da categoria subiu para R\$ 488

O piso salarial da educação básica aumentou para R\$ 488,25. Esta cifra corresponde ao valor do novo salário mínimo (R\$ 465) mais 5%, como determina o parágrafo único da cláusula 5ª, da CCT, em vigor até 30 de abril de 2009.

Em 1º de fevereiro, o salário mínimo subiu de R\$ 415 para R\$ 465, um reajuste nominal de 12,05%, que garante ao trabalhador um aumento

real de 6,39%. Desde 2003, o reajuste do salário mínimo chega a 72%, com aumento real acumulado de 46,05%.

Com isso, o piso salarial para a categoria na Educação Básica - infantil e ensinos fundamental e médio - também teve aumento.

"Estabelecem as partes conexas que, a partir de 1º de maio de 2007, o piso salarial da categoria não poderá ser infe-

rior ao salário mínimo nacional vigente à época, acrescido de 5%", determina a convenção trabalhista, que deve ser respeitada, pois tem força de lei.

SEGURO-DESEMPREGO

Assim como o salário mínimo, o seguro-desemprego foi reajustado no dia 1º de fevereiro em cerca de 12%, conforme Resolução 587 publicada no dia 2, no Diário

Oficial da União. Atualmente, são três faixas de renda, com variação que acompanha a proporção do benefício. Dessa maneira, cada esfera foi renovada individualmente.

ENSINO SUPERIOR

O piso salarial do ensino superior é R\$ 476,55. Para os auxiliares cuja função exige-se nível médio, o piso, até abril de 2009 é R\$ 550,68.

Denuncie este crime

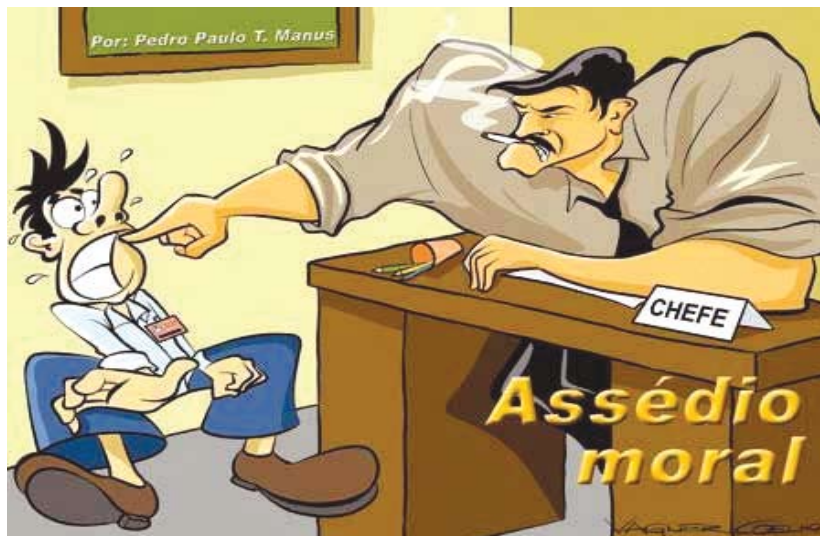
Assédio moral ou violência moral é a exposição do trabalhador e da trabalhadora às situações humilhantes e constrangedoras, de forma repetitiva e prolongada durante a jornada de trabalho. O ato, normalmente, é cometido em relações hierárquicas autoritárias, por meio de palavras ou atitudes. Pode ser praticado também por um colega de trabalho.

Este problema social é tão antigo quanto o trabalho. Uma preocupação de toda a sociedade brasileira - trabalhadores, empregadores e autoridades governamentais. O assédio moral é um péssimo negócio para os donos dos estabelecimentos, porque adocece seus funcionários e prejudica o rendimento, além de ser crime.

Infelizmente, esta prática cresce cada vez mais em todo o mundo. É preciso que você trabalhador denuncie o assédio moral. Não sofra calado, procure ajuda e reaja contra o assédio moral. Este mal não atinge apenas sua atividade profissional, mas sua saúde e sua autoestima.

De acordo com a cartilha de *Assédio Moral nas Relações de Trabalho*, do deputado Mauro Passos (PT/SC), é assédio moral:

- fazer ameaças, intimidações e gritar com o funcionário;
- questionar atestados médicos;



- passar tarefas humilhantes;
- criticar a vida pessoal;
- zombar das características físicas; e
- isolar o funcionário dos outros colegas.

O que pode acontecer com a saúde das vítimas:

- aumento de peso ou emagrecimento exagerado;
- distúrbios digestivos;
- depressão, medo acentuado;
- dificuldades para dormir;
- sentimento de culpa; e
- mudança de personalidade.

Vítimas mais frequentes:

- mulheres (principalmente gestantes e com filhos pequenos);
- homossexuais;
- negros;

- portadores de necessidades especiais;
- pessoas com mais de 40 anos; e
- portadores de doença do trabalho.

O que fazer em caso de assédio moral:

A vítima deve buscar ajuda para se proteger do agressor. Procure um serviço de saúde do trabalhador e o Sindicato. O SAEP oferece assistência jurídica para a categoria e luta ativamente no combate à violência no trabalho.

É importante, também, ao identificar o assédio moral, anotar todos os detalhes da agressão – data, hora, local, quem presenciou a cena, nome do agressor; caso seja necessário resolver o problema judicialmente.

Colega auxiliar, se você

sofreu ou sofre assédio moral, evite conversar com o agressor sem testemunhas, vá sempre com um colega de trabalho ou representante sindical. Exija, por escrito, explicações do ato e envie cópia da carta ao Departamento de Recursos Humanos (DRH). Caso o agressor responda, guarde-a. Se possível, mande sua carta registrada com AR, pelo Correio, e guarde o recibo.

Para denunciar as agressões, o trabalhador deve procurar o DRH, a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), o SESMT (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho) da empresa e o sindicato. Pode procurar, ainda, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

É importante lembrar que para ser assédio moral as agressões devem ser repetitivas. Se acontecer apenas uma vez é assédio verbal.

O SAEP está atento às irregularidades nas instituições e precisa de você, colega, para vencer esta luta. Se você ou um colega sofre assédio moral, não sofra sozinho, procure o Sindicato para que a entidade possa tomar providências no combate à essa prática criminosa.

Vamos dar um basta à essa prática que prejudica a saúde e a vida do trabalhador. Contamos com você. Chega de humilhações! Denuncie!

Categoria

SAEP faz campanha de filiação

Para se filiar ao Sindicato é preciso acessar o site do SAEP, no endereço eletrônico www.saepdf.org.br. Em seguida, clique na opção *Filiados*, depois no link *Ficha de Sindicalização* e preencha corretamente toda a ficha da página. Ou você pode, ainda, ir ao Sindicato, localizado no SCS, Q. 1, 2º andar, no Edifício Denasa, de 8h às 18h, de segunda à sexta-feira. É necessário apre-

sentar cópia de RG, CPF e CTPS.

Para que o Sindicato seja forte e lute pelos direitos dos trabalhadores em educação é necessário que seja numeroso, democrático e participativo. Acompanhe o site do SAEP. Nele você pode tirar dúvidas, participar de enquetes, enviar mensagens para o Sindicato e se atualizar por meio das notícias diárias

Quem já é associado,

também, pode participar da campanha. Acesse o site do Sindicato e atualize suas informações cadastradas, na opção *Ficha de Atualização de Dados*.

BENEFÍCIOS

A participação nos benefícios econômicos oriundos do êxito das campanhas salariais é uma, dentre vários outros vantagens em ser filiado ao

Sindicato. Além disso, a entidade tem disponível assessoria jurídica para orientar e defender aquele trabalhador que necessita se proteger do desrespeito dos chefes e patrões.

KITS

Os novos associados irão receber brindes do Sindicato.

Os kits serão entregues para os primeiros 300 sindicalizados.

Sindicato atento às irregularidades das instituições

Várias instituições estão desrespeitando os direitos e conquistas dos auxiliares em administração escolar no DF. A diretoria do SAEP está atenta aos fatos e já tomou providências no sentido de restabelecer a normalidade.

"A maioria dos problemas acontece no ensino superior e em escolas pequenas. O problema é que não existe regulamentação [do ensino superior]", destaca o diretor Financeiro, Idenes de Jesus.

"Algumas escolas já negociaram o pagamento dos encargos – FGTS, INSS; dividindo as dívidas. Outras pagaram em fevereiro. O Departamento Jurídico do Sindicato vai impetrar ações para fazer cumprir a CCT. Todas as notificações foram enviadas em dezembro", comentou a advogada do SAEP, Elane Cristina Gonçalves Dias.

Veja as instituições que descumpriram a CCT:

FACULDADE UNISABER

O SAEP notificou a Direção Geral da Faculdade Unisaber

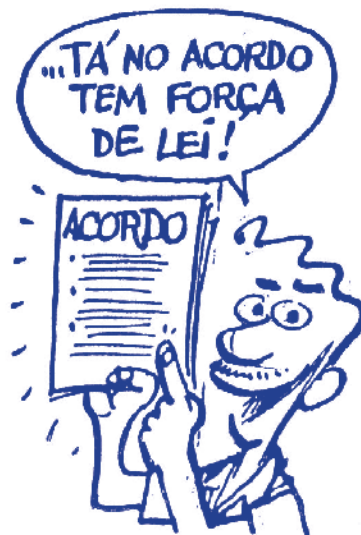
pelo não pagamento do salário de novembro, bem como do 13°. Caso a instituição não solucione os problemas, a diretoria irá tomar "as providências judiciais cabíveis", diz a notificação.

FACULDADE DE ÁGUAS EMENDADAS

A Faculdade de Águas Emendadas tem atrasado constantemente o pagamento dos salários, férias e 13°. Da mesma forma, o SAEP acionou a SRT para que fiscalize a instituição e repare os desrespeitos à legislação trabalhista e a convenção coletiva de trabalho da categoria.

ARCA DE NOÉ BERÇÁRIO E CRECHE

O SAEP também notificou a Arca de Noé Berçário e Creche por ainda não ter pago o salário de fevereiro dos auxiliares do estabelecimento. A direção do Sindicato aguardará extrajudicialmente a solução do problema. Caso não seja resolvido acionará a Justiça trabalhista.



EVANGÉLICA E FTB

As faculdades Evangélica e da Terra (FTB) e ainda a Escola Mantenedora Planalto não pagaram o 13° salário da categoria e já foram acionadas pelo Sindicato.

Colega auxiliar, se a instituição em que você trabalha não respeita seus direitos trabalhistas acione o Sindicato, que a direção da entidade fará

visita ao seu local de trabalho, a fim de verificá-la para tomar providências.

Os nossos direitos dependem de nossa permanente vigilância – da sua em particular, e também do Sindicato. Vamos atuar juntos, pois assim somos mais fortes!

AÇÕES DE CUMPRIMENTO

O SAEP ingressará na Justiça, com ação de cumprimento contra o Centro Educacional Juscelino Kubitschek, porque não cumpriu acordo extrajudicial com o Sindicato. A mantenedora do Colégio Adventista também será acionada judicialmente por não ter cumprido acordo. É assim que o SAEP agirá em defesa dos interesses da categoria.

Estamos sempre dispostos a buscar alternativas que possam resolver os problemas dos auxiliares. Seremos intransigentes com qualquer tentativa de burlar os direitos conquistados pela categoria – seja na CLT ou na convenção coletiva.

Economia

Demissões e desemprego

Duas pesquisas divulgadas no início do mês revelam que expressiva maioria de juízes trabalhistas é contra demissão imotivada; e que situação do emprego no País é melhor que no resto do mundo

Os juízes trabalhistas em sua grande maioria são contra a demissão imotivada e afirmam que as empresas que demitirem sem negociar com os sindicatos terão problemas na Justiça, é o que revela pesquisa realizada pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas). Nada menos do que 78% dos juízes trabalhistas são contra a possibilidade de demissão imotivada.

A pesquisa mostra ainda que os juízes são favoráveis ao fortalecimento dos sindicatos e rechaçam o livre funcionamento do mercado de trabalho, além de serem contra as restrições criadas pela nova lei de falências à sucessão do passivo trabalhista.

Recentemente, grandes

empresas que promoveram cortes devido a complicações financeiras e queda nas vendas viram as demissões suspensas na Justiça do Trabalho sob a alegação de que antes é necessária a justificação dos motivos e negociação prévia com o sindicato.

DESEMPREGO

A perspectiva para o trabalhador brasileiro neste ano não é boa, porém menos ruim do que a de seus pares em outras partes do mundo. É o que revela pesquisa da consultoria Grant Thornton International, que ouviu 7.200 empresas de 36 países, das quais 150 são do Brasil.

Entre os empresários brasileiros, 12% disseram que não

deverão conceder aumentos salariais em 2009, enquanto 61% pretendem apenas repor as perdas com a inflação. Além disso, 2% querem reduzir os ganhos do trabalhador.

Ainda assim, 20% das empresas brasileiras mostraram-se dispostas a dar aumentos acima da inflação. Das 7.200 empresas pesquisadas no mundo, apenas 10% pretendem dar aumentos reais. Para 54%, o reajuste acompanhará a inflação. Já 21% não vão conceder reajuste e 3% reduzirão salários.

"O número de empresas brasileiras que vão aumentar os salários é alto porque as leis trabalhistas garantem essa reposição", diz Wanderley Ferreira, sócio coordenador da

divisão de tributos da Terco Grant Thornton, que representa a consultoria internacional no Brasil. "As empresas que não darão aumento algum terão de negociar benefícios, sociais ou econômicos, com os sindicatos de cada categoria profissional".

A pesquisa indica ainda que o nível de emprego tende a crescer no País, ao contrário das previsões para 2009 na maioria das regiões pesquisadas. Para 36% das empresas brasileiras, a tendência é aumentar seus quadros, enquanto 47% pretendem manter o mesmo quadro e 16% querem cortar postos de trabalho. Ponderado pelo número de funcionários das empresas, o nível de emprego deverá crescer 20%.

Auxiliares definem estratégias para Conae

SAEP participa da formulação das propostas a serem encaminhadas para Conferência Nacional de Educação (Conae). Diretoria da Contee vai enviar as propostas de emendas ao documento-referência para categoria.

As propostas para todas as etapas de construção da Conae, foram definidas pelos segmentos que compõem a categoria – professores e auxiliares – no Seminário Nacional de Preparação da Conferência, que aconteceu nos dias 7 e 8 de março, em Brasília. A Conferência será realizada em abril de 2010, e tem como objetivo construir um sistema nacional de educação articulado.

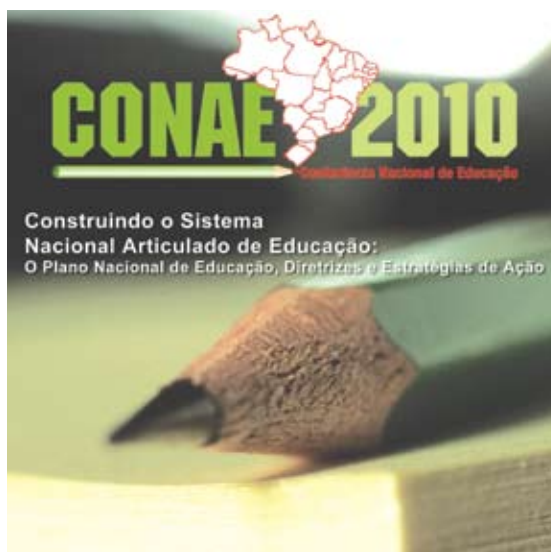
Os diretores do SAEP participaram do evento – que contou com aproximadamente 150

trabalhadores do setor privado de educação de todo País.

EXPOSIÇÕES

Na abertura do seminário, a coordenadora geral da Contee, Madalena Guasco, o secretário de assuntos educacionais da entidade, José Thadeu de Almeida, e o secretário executivo-adjunto do MEC e coordenador da Conae, Francisco das Chagas, que representou o ministro da educação, Fernando Haddad, apresentaram os objetivos do encontro e a importância de se discutir a educação do País.

"A Conae é um espaço político que aponta o pensamento do setor educacional brasileiro. Por isso, temos que



construir uma unidade com os segmentos progressistas que deixe claro que educação não é mercadoria. Portanto, é fundamental incluir o setor privado no Sistema Nacional de Educação", afirmou a coordenadora geral da Contee.

Outras importantes palestras foram proferidas no evento, como a da professora Regina Vinhaes Gracindo, membro do Conselho Nacional de Educação, que fez uma exposição sobre a "Avaliação do PNE (Plano Nacional de Educação) e a articulação com o PDE [Plano de Desenvolvimento da Educação]".

O diretor de programas do Ministério da Educação e membro da equipe de coordenação da Conae, Arlindo Cavalcanti Queiroz, falou sobre "A Conae e o futuro da educação brasileira". E a pesquisadora da Fiocruz, Aparecida Tiradentes, apresentou o tema "O setor privado de educação e seu papel no Sistema Nacional de Educação".

8 de Março

Dia internacional das mulheres

No dia 8 de março se comemora o Dia Internacional da Mulher. Data marcada por lutas históricas pela igualdade de direitos e autonomia feminina. Nesse dia, o mundo inteiro comemora as bandeiras levantadas ao longo da trajetória do movimento feminista. Já são inúmeras conquistas.

No entanto, as mulheres ainda sofrem grandes desigualdades e discriminações por parte da sociedade. A violência é outro fantasma na vida delas. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. Pelo menos uma em cada três mulheres apanham, são violentadas ou forçadas a manter relações sexuais em algum momento de sua vida.

De acordo com dados de 2001, da Fundação Perseu Abramo, no Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é es-

pancada. Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – mostram que, de janeiro a junho de 2006, foram registrados 121.891 atendimentos - um aumento de 107,9% em relação ao mesmo período de 2007 (58.417). De janeiro a setembro de 2008, foram registradas 134 denúncias de cárcere privado. O que significa um crescimento de 91,4% em relação a mesma época de 2007 (70).

PESQUISA

Segundo a Anistia Internacional, em relatório "Depende de nós. Pare a violência contra a mulher", divulgado em 2004, 70% dos assassinatos de mulheres são praticados por seus parceiros masculinos. Nos EUA, uma mulher é espancada por seu marido ou parceiro a cada 15 segundos. Na Inglaterra, por semana, duas mulheres são mortas pelos seus parceiros. No Egito, 35% dizem ter apanhado do marido. Na Zâmbia, cinco

mulheres são assassinadas por semana.

O documento revela ainda que na África do Sul, 147 mulheres são estupradas todos os dias. Na França, 25 mil mulheres são violentadas a cada ano. Nos EUA, uma é estuprada a cada 90 segundos.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Violência contra as Mulheres da Costa Rica, 67% das mulheres costarriquenhas com mais de 15 anos já sofreram violência física ou sexual em algum momento de suas vidas. Segundo o Conselho Nacional da Mulher (Conamu) do Equador, de cada dez equatorianas seis foram vítimas de violência. O Instituto Nacional de Saúde Pública do México revela que 33% das mulheres mexicanas com mais de 15 anos já sofreram abuso e violência. Os homens devem elevar sua consciência para fazer parte do combate à violência contra as mulheres.

Direito das mulheres

Tema pode virar disciplina no currículo

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, no dia 10 de março, o PL 235/07, que determina a inclusão de disciplina sobre conscientização dos direitos das mulheres nos currículos escolares do ensino médio de escolas públicas e privadas.

O projeto, da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), foi aprovado por unanimidade na Comissão e pode ir direto para exame do Senado.

"A educação representa caminho central para o pleno respeito aos direitos humanos", afirmou o relator, deputado Flávio Dino (PCdoB/MA).

SAEP se mobiliza pela redução da jornada de trabalho

Sindicato vai ao encontro dos membros da comissão especial para pedir apoio e agilidade na votação da matéria. Presidente do colegiado diz ser favorável à matéria

Está em discussão na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, dos ex-deputados e atuais senadores Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), que trata da redução da jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

O SAEP apóia a proposta e se mobiliza no sentido de aprová-la o quanto antes.

De acordo com pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), dos 16 titulares da comissão especial, criada para analisar a PEC, 11 são favoráveis, dois contra e outros três não tem, ainda, posição formada sobre a proposta.

Com isso, a diretoria do SAEP visitou, na última quarta-feira (18), na Câmara, os membros da comissão especial para destacar a importância e urgência de se aprovar a redução da jornada e cobrar do colegiado uma posição quanto a votação da PEC.

"A redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, é de extrema importância para os trabalhadores, principalmente neste momento de crise econômica mundial. É com esta perspectiva que o SAEP se fará presente



Maria de Jesus conversa com o presidente da comissão especial, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS)

nas reuniões da comissão na Câmara" enfatiza a presidente do Sindicato, Maria de Jesus da Silva.

APOIO À PROPOSTA

O presidente da comissão especial, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS), afirmou ser favorável à aprovação da proposta. "Não sou contra. Por isso escolhi um relator [Vicentino (PT/SP)] que é a favor. Como presidente da comissão, sou imparcial".

Busato ressaltou, ainda, que a matéria deve passar fácil pelo colegiado, porque a maioria é

a favor. "É possível que vote [a proposta] no primeiro semestre", informou o deputado.

Além disso, na visita aos parlamentares, a deputada Rita Camata, que até então, se posicionava indecisa sobre seu posicionamento, segundo sua assessoria, apóia a proposta. "Ela não é contra, muito pelo contrário. Não vai ter problema com o voto dela", afirma a assessora da deputada.

O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), também favorável a proposta, afirma ter um estudo sobre o tema e um

entendimento que seja tratado via projeto de lei, sem a necessidade de mudança na Constituição, pois a aprovação de um projeto de lei é mais simples e mais fácil de ser concluído, o quorum exigido para votação é bem menor.

DIRETORIA PRESENTE

Além da presidente do SAEP estavam presentes no trabalho parlamentar, os demais diretores da entidade - Idenes de Jesus, Dayana Alves, Marilene Nascimento e Merilene Rodrigues.

Os diretores combinaram de voltar à comissão na próxima reunião do colegiado para conversar com todos os deputados que fazem parte do colegiado.

CATEGORIA MOBILIZADA

Os trabalhos da comissão especial continuam lentos. O SAEP vai permanecer mobilizado pela aprovação da proposta. "Entendemos que assim, a matéria possa ser votada mais rápido. A redução da jornada abrirá oportunidade de mais emprego para a categoria", ressalta Maria de Jesus, presidente do Sindicato.

O SAEP acompanhará as reuniões da comissão e continuará as conversas com os deputados.

Jornada de trabalho

40 horas: pesquisa do Diap revela que proposta passa na comissão

Dos 16 titulares da comissão especial, 11 se declaram favoráveis, dois são contra e outros 2 disseram não ter ainda posição formada sobre a proposta de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, em discussão na Câmara. A proposta passa fácil na comissão.

A tendência de votação na comissão especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, dos ex-deputados e atuais senadores Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), que dispõe sobre a jornada máxima de trabalho de 40 horas semanais, foi tema de pesquisa realizada pelo DIAP no início do mês.

O colegiado, que tem con-

duzido os trabalhos de maneira lenta, conta com a maioria de seus integrantes a favor da redução da jornada laboral. A pesquisa ouviu apenas os titulares do colegiado.

A comissão especial, criada em 25 de fevereiro de 2008, e instalada de fato somente no dia 16 de dezembro, não recebeu propostas de alteração no prazo regimental. Composta de 16 deputados titulares e igual número de suplentes, o colegiado dispõe de 40 sessões para concluir os trabalhos.

Nesse prazo, deve realizar audiências e votar o parecer do relator, deputado Vicentino (PT/SP), que é a favor da matéria.

O presidente do colegiado, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS)

considera "inevitável" que os debates sejam afetados pela crise financeira mundial. Porém, acredita que esse fator terá influência limitada, pois a comissão pretende elaborar uma lei "definitiva", em vez de dar apenas uma resposta ao período que estamos enfrentando.

Ele já havia se posicionado contrário à redução da jornada.

LEVAR PARA O PLENÁRIO

Para o líder do PCdoB, Daniel Almeida (BA), o desafio é levar a matéria para o plenário da Câmara. Em relação à tendência dos demais deputados que não participam da comissão especial, Almeida verifica oscilações, "em certo momento favorável e em outros com refluxo".

Para o deputado Roberto Santiago (PV/SP), que trabalha para aprovação da matéria, o debate sobre o tema já foi feito. Agora, com a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e a retração na economia internacional, "temos que nos preparar para as pressões externas".

Quem também destacou a importância e urgência de aprovar a redução da jornada foi o líder do Partido dos Trabalhadores, Cândido Vaccarezza (SP).

Durante discussão da pauta de votações do plenário, o parlamentar disse que o PT, o Governo e toda bancada de apoio na Câmara estão empenhados em aprovar a redução da jornada para gerar renda e novos empregos.

A gênese (origem) da crise atual

O padrão de consumo atual é inviável a longo prazo, e só é possível nos dias atuais porque se restringe a apenas 20% da população mundial

Ranulfo Vidigal*

As crises são partes integrantes da lógica do processo de acumulação de capital que é cíclico. Assim sendo, nem o capitalismo acabará por si só, em razão de uma crise econômica, e nem o crescimento da economia é eterno. A acumulação de capital desenfreada, com a utilização de recursos naturais e produtivos, sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade, é na atualidade o ponto crítico desse modo de produção.

Diversos autores consideram que o capitalismo está em crise, desde o meado dos anos 70, no século passado. Outros afirmam que o mesmo passa por ciclos sistêmicos de acumulação, ora real, ora financeiro. Na atualidade, o incremento da riqueza real decorre da integração da China ao sistema capitalista mundial e o desequilíbrio recente seria oriundo da desregulamentação dos mercados, presentes na economia mundial, a partir dos anos 80.

Os keynesianos e os pós-

keynesianos acreditavam, em maior ou menor grau, que o capitalismo pode e deve ser regulado pelas intervenções do Estado, e essas tendem a desestimular tomadas de posições mais especulativas de instituições financeiras diminuindo a instabilidade do sistema.

O capitalismo vive uma nova etapa, cujo tom é dado pela financeirização, produzida pelo crescimento incontrolável da riqueza financeira, frente ao incremento da riqueza real. A categoria fundamental, portanto, é a do "capital fictício", presente nos dias de hoje no gigantesco estoque de dívida pública, bem como, no valor acionário das empresas e também no volume de crédito criado pelas instituições financeiras. Ou seja, na atualidade, o dinheiro não serve apenas para comprar mercadorias (bens, serviços, força de trabalho e máquinas), mas igualmente para pagar dívidas.

Tudo seria mais simples se pudéssemos, como um passe de mágica, eliminar este capital espúrio, entretanto, existem inú-

meros fios nervosos ligando um sistema a outro, como é o caso do crédito para a produção e para o financiamento de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos).

No Brasil, ao longo das décadas de 80 e 90, ocorreu uma recomposição profunda da economia mundial. A indústria foi fortemente internacionalizada, via fusão e aquisição. Houve também, uma enorme expansão do setor financeiro e importante crescimento da agricultura e da pecuária vinculada a exportação.

Do lado dos trabalhadores, ocorreu uma imensa desregulamentação e precarização do mercado de força de trabalho, com processo de terceirização, deslocalização, fragmentação e trabalho temporário ou eventual.

A classe trabalhadora assumiu novas formas e cresceu numerosamente o setor de serviços. O aprofundamento da crise internacional levou as indústrias brasileiras que dependem de insumos importados a programarem férias coletivas e

esses produtos já aumentaram de preço. Por outro lado, as estimativas do Copom apontam inflação estabilizada dentro da meta e baixo crescimento para a economia em 2009.

Vivemos hoje uma época em que as forças produtivas desenvolvidas pelo capital permitiriam tranquilamente, a suspensão da miséria e da desigualdade, entretanto, a apropriação da riqueza produzida impede a organização de uma forma de sociedade mais igualitária. Por outro lado, o padrão de consumo atual é inviável a longo prazo, e só é possível nos dias atuais porque se restringe a apenas 20% da população mundial.

Tudo leva a crer que atual crise tende a fortalecer o discurso conservador, caso as forças populares não reajam ao poder deste capital financeiro extremamente flexível e pródigo em invenções que escapam a qualquer regulação.

(*) Economista, mestrando no Instituto de Economia da UFRJ

Valorização profissional

SAEP realiza 1º seminário da categoria em maio

O SAEP convida a categoria para participar do 1º Seminário dos auxiliares de administração escolar do ensino privado do Distrito Federal, que acontecerá no dia 8 de maio, das 8h às 17h, no Centro de Eventos e Treinamentos da CNTC, em Brasília.

O encontro tem por objetivo discutir a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras de administração escolar neste momento de crise econômica mundial.

Representantes de entidades sindicais irão participar do evento, como CEA, Contee, CTB, Diap, Dieese, Fitee, Fitrae e Sinproep.

Além dos debates entre os auxiliares, haverá dois painéis de exposição, o primeiro sobre os "Elementos para formulação das propostas do SAEP" para a campanha salarial 2009, o segundo, discutirá os "Cenários Econômico, Político e Sindical".

O seminário de valorização

é um momento estruturante para a categoria. É muito importante que todos os auxiliares participem dos debates e contribua com a formulação das propostas de negociação salarial.

Vamos nos unir neste encontro de formação e afirmar a necessidade da valorização da categoria, da importância social dos trabalhadores em educação.

Para se inscrever e participar do seminário ligue no Sindicato (3034-8685) ou mande um e-mail com nome, RG e CPF, endereço completo, telefone e nome da instituição em trabalho, para atendimento@saepdf.org.br

Veja o cronograma do seminário:

8h – Café da manhã
9h – Abertura, composição da mesa com convidados (presidente do SAEP, representante da CEA, Contee, CTB, Fitee, Fitrae e Sinproep)

10h45 – 1º Painel

"Elementos para fundamentação das propostas do SAEP apresentadas aos patrões"
Exposição: Dieese
Presidente: Maria de Jesus, presidente do SAEP
Mediação: Wellington Gomes (CEA)

11h30 – Debates
12h – Almoço
14h – Explicação sobre o andamento das negociações salariais – José Roberto (Contee)

14h30 – 2º Painel

"Cenários Econômico, Político e Sindical"
Exposição: Marcos Verlaine (Diap)
Presidente: Dayana de Lima
Mediação: Edson de Paula (Fitee)

15h30 – Debates
17h – Encerramento



O SAEP colocará disponível auxílio transporte para os auxiliares que participarem do encontro.